

PROJETO MOVIMENTO E CIDADANIA – AÇÕES SÓCIOEDUCATIVAS NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CONSCIENTES E PARTICIPATIVOS

Juliane da Silva Pessoa¹, Ellen Christinne Nunes Feitosa², Hamanda Rafaela Leite Ferreira², Luciana Oliveira Ramos², Karinna Lygia de Sousa Guimarães², Magna Adjuto Palmeira², Hertha Urquiza Baracho³.

Resumo

“Movimento e Cidadania” é um projeto de extensão universitária que se propõe a transmitir noções de temas jurídicos como: Direitos fundamentais, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito da família, Direito do trabalhador, Direito do consumidor e Direito Penal; informando os alunos do ensino fundamental de escolas públicas a respeito de direitos e cidadania, além de encaminhar e acompanhar casos junto à Justiça, através de uma parceria com o escritório de prática forense da faculdade de Direito da UFPB. O presente projeto tornou compreensíveis tais assuntos complexos através de aulas atrativas, utilizando atividades lúdicas e linguagem acessível que estimulam o interesse e facilitam o aprendizado, formando, de maneira divertida, cidadãos conscientes e participativos.

Introdução

Não há sociedade sem direito, assim postula o brocardo *ubi societas ibi jus*, em razão do qual se reconhece a função ordenadora do direito, isto é, de coordenação dos múltiplos interesses que se manifestam na vida social.

Nos tempos primitivos, porém, na civilização dos povos inexistia um Estado suficientemente forte para impor o direito acima da vontade dos particulares, tão pouco havia leis (normas gerais e abstratas legítimas para tutelar o bom convívio social). Imperava a “lei do mais forte” sob a perspectiva da vingança privada, era o chamado estado de natureza que se caracterizava por uma luta de todos contra todos.

Mais tarde as pessoas foram sentindo a necessidade de se construir uma sociedade menos desregrada e, a partir daí, o Estado foi-se firmando. Conseguiu impor-se aos particulares e, na mesma medida em que demonstrava uma função pacificadora, invadia e desrespeitava irrestritamente os direitos subjetivos dos homens. Foi com a finalidade de se estabelecer limites para a atuação do poder público, que ocorreu a incorporação de direitos subjetivos ao homem, em normas positivas básicas. Assim formalizaram-se as Constituições escritas, ligadas diretamente à edição de Declarações de Direitos do Homem, redigidas ao longo da história.

¹ Aluna bolsista

² Alunas voluntárias

³ Prof^ª Dra. Chefe do Departamento do Direito Público do CCJ, coordenadora do projeto.

No Brasil houve ao todo oito constituições, sendo a atual: a “Constituição da República Federativa do Brasil”, de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”. Cidadã porque abriu espaço para os Direitos Humanos e para novas conquistas sociais, como nenhuma outra, até então, havia feito. Principalmente, através do seu artigo 5º, a partir do qual se observa a consagração desses direitos fundamentais.

Por ser considerada a Lei Maior do país, a Constituição Federal é o tronco de onde brotam vários ramos do Direito, dos quais nascem vários diplomas legais tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Civil (do qual emerge toda a doutrina que regula o Direito de Família), a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o Código de Defesa do Consumidor, o Código Penal e Lei de Execuções Penais, além da Lei dos Juizados Especiais (que investe em formas alternativas de ruptura com o formalismo, promovendo a celeridade e a gratuidade processual).

Assim, da conquista extraordinária de todos estes diplomas legais, muitos frutos foram percebidos. Hoje, também, a sociedade dispõe de uma rede de instituições públicas reafirmadoras de seus direitos, tais como Conselhos Tutelares, Ministério Público, Defensoria Pública, Procon e Juizados Especiais, entre outras. Contudo, muitos indivíduos desconhecem as leis e, conseqüentemente, seus próprios direitos; ainda ignoram a existência destes órgãos jurídico-assistenciais, e quando não, desprezam os seus préstimos.

O projeto “Movimento e Cidadania” surgiu, enfim, motivado por esta forte constatação, em razão da experiência docente da Professora Dr^a Hertha Urquiza Baracho, ao lecionar a disciplina de Legislação Social em cursos de nível superior, e perceber que seus alunos apresentavam raso conhecimento acerca do sistema jurídico pátrio. Compreendeu-se que a esse respeito, a educação tradicional pouco tem destacado a importância da conscientização dos direitos fundamentais da pessoa humana e do exercício pleno da cidadania. E apesar de todo aparato legal vigente, subsiste ainda a necessidade de uma maior difusão de informações sobre esta temática, na própria sociedade.

Para esta empreitada, então, idealizou-se o projeto “Movimento e Cidadania”, o qual atuaria em consonância com a evolução histórica dos Direitos Humanos, na luta contra as desigualdades e injustiças sociais. Sob a perspectiva de promover o estudo de alguns diplomas legais, com o desígnio de se institucionalizar um espaço social reflexivo. E como bem defende Paulo Freire em seu livro “A Pedagogia do Oprimido”, o desvelar dessa conscientização deve ser o objetivo primeiro de qualquer prática educativa e, na medida em que esta é associada à ação, formar-se-ão indivíduos co-responsáveis e co-participantes, na forma de co-gestão com poderes e as políticas públicas.

Tendo em mente esse desígnio, após muita discussão e pesquisas, fixou-se como público-alvo os alunos da 7ª e 8ª séries do ensino público fundamental, e em 2002, o projeto foi posto em prática. Duas escolas públicas firmaram parceria, inicialmente: Escola Estadual Olivina Olívia Carneiro da Cunha e o Centro Estadual Experimental de Ensino-Aprendizagem Sesquicentenário, permanecendo, até o presente em convênio. Outrossim, foram estendidas as atividades do projeto à comunidade do Porto do Capim, localizada na periferia de João Pessoa, cuja atuação vinculou-se à igreja local, o que resultou na criação da Pastoral da Cidadania.

Com isso tem-se buscado formar cidadãos capazes de questionar a realidade social de nosso país, tornado-os sujeitos conscientes e participativos; na mesma proporção em que se

busca incentivar a formação dos alunos extensionistas envolvidos – todos acadêmicos do curso de direito – com atenção especialmente voltada à problemática jurídico-social.

A interação com as comunidades tem-se realizado através da produção de material educativo (cartilha), e da promoção de palestras sobre temas de direito, incluindo a aplicação de jogos educativos. Não obstante, tem-se procurado acompanhar e encaminhar aos órgãos competentes, problemas práticos que solicitem procedimento jurídico adequado, o que deve ser feito, em parceria, e sob a supervisão do escritório de prática forense da própria faculdade.

Metodologia

De início, a implementação do projeto deu-se através da pesquisa-ação. E em detrimento ao modelo clássico da pesquisa tradicional, optou-se pela obra “*Metodologia de pesquisa-ação*” de Michel Thiollent, que concedeu ao projeto e seus autores, legitimidade para desde então participar da dinâmica do público-alvo, não apenas como pesquisadores, mas também enquanto agentes conscientizadores. Este método permitiu captar e valorizar as particularidades de cada grupo de modo a personalizar a atuação futura do projeto em proveito de uma ação ainda mais eficiente rumo à humanização.

A pesquisa em sua fase exploratória levantou o grau de descrença, ignorância e desamparo que os indivíduos sentiam ante aos órgãos e às políticas públicas, além do desconhecimento e interesse pelas questões de direito. Problematizou e concebeu hipóteses que posteriormente foram ratificadas com a coleta de dados. Na seqüência, a equipe do projeto elaborou um plano de ação para romper com a problemática sóciojurídica e promover a conscientização participativa da comunidade.

Desta investigação identificou-se a demanda de interesses posteriormente classificados em sete temas específicos: 1) Noções gerais do direito; 2) Direitos Fundamentais – Artigo 5º da Constituição Federal; 3) Estatuto da Criança e do Adolescente; 4) Direito da Família; 5) Direito do Trabalho; 6) Direito do Consumidor, e; 7) Direito Penal. Esta delimitação temática possibilitou a definição das diretrizes metodológicas para a segunda fase do projeto: montagem de aulas dentro das respectivas áreas de interesse.

Visando uma maior difusão e apreensão dos conteúdos a serem trabalhados nas palestras, experimentou-se técnica de abordagens pedagógica, com a meta de promover com esmero o ensino-aprendizagem. Nesse intuito, elegeu-se a abordagem sócio cultural preconizada por Paulo Freire, como pano de fundo do trabalho: “Educação para a Liberdade”, sob a perspectiva dialógica, crítica e ativa onde não existem mestres e aprendizes, mas sim uma relação horizontal, na qual os palestrantes colocam-se na posição de meros facilitadores, capazes de informar (lançamento da base teórico-reflexiva) focalizando aspectos da própria experiência sóciojurídica dos indivíduos, vez que estes traços foram representados na codificação formalizada pela pesquisa-ação.

Pautando-se nesta natureza, humanista por excelência, buscou-se a contribuição de Carl Rogers que advogou a idéia de ser necessário desenvolver um clima favorável que possibilite a liberdade para aprender. Nesse clima facilitador o jovem deverá entrar em contato com problemas jurídicos que tenham repercussão na sua própria existência. Sob tal abordagem, direcionam-se as aulas, trazendo à tona a discussão sobre normas positivadas

nos textos legais. Desta maneira, buscou-se unir as pontes: realidade de fato e realidade de direito, ação e reflexão, para enfim se desenvolver uma ação crítico-reflexiva.

No conteúdo das aulas apresenta-se uma seleção de tópicos de interesse geral dentro de cada tema específico. Na exposição oral, entretanto, valorizam-se as experiências de cada um dos participantes enquanto sujeitos de direitos, projetando, em sala de aula, situações que remetem a ilegalidades, tais como discriminação, violação da privacidade ou propriedade, violência física contra crianças e adolescente, exploração do trabalho infantil, inadimplemento da pensão alimentícia, desrespeito aos direitos do consumidor, entre tantos outros casos.

Compartilhar experiências em grupo constitui por si só uma atividade humanista e motivadora, na medida em que se descobre que os desafios são reais e proporciona-se aos jovens a oportunidade de enfrentá-los, reconstruindo suas experiências à luz da informação e conscientização. Aqui, a educação teria a finalidade de “(...) criar condições nas quais os alunos pudessem tornar-se pessoas de iniciativa, de responsabilidade, de autodeterminação, de discernimento, que soubessem aplicar-se e aprender as coisas que lhes servirão para a solução de seus problemas, servindo-se da própria experiência, com espírito livre e criativo” (Mizukami, 1986, p. 45).

A abordagem rogeriana, enfim, não enfatiza técnica ou método para se facilitar a aprendizagem, apenas dá ênfase ao desenvolvimento de um clima que possibilite a liberdade para aprender. Assim, encontrou-se, na obra de Jean Piaget, orientações para um aprendizado espontâneo e natural, através da aplicação de jogos didáticos e de dinâmica de grupos.

A teoria piagetiana incentiva a atividade em grupo, pois ela tem um aspecto integrador, haja vista que cada membro apresenta uma faceta da realidade. O resultado desta interação possibilita a cada participante a apreensão de informações que deverão ser processadas (estágio de elaboração interior) até que possam ser, enfim, sedimentadas na memória sob a forma de conhecimento construído. Em outras palavras, o ensino baseia-se no ensaio e no erro, na assimilação e acomodação.

Cabe ao facilitador – assim concebido pela reciprocidade intelectual – transmitir informações, idéias que possam ser inicialmente recepcionadas. Deve propor problemas sem evidenciar soluções, deve provocar desequilíbrios e fazer desafios, os quais colocarão os alunos diante de situações perturbadoras de necessidade, contradição e desorganização. Um ambiente de tal tipo será favorável à motivação interior dos indivíduos, na busca de se insurgir no erro ou acerto como forma de estruturar seus conhecimentos.

Deste modo, o jogo didático, as brincadeiras, os exercícios, bem como as dinâmicas de grupo, adquirem uma importância fundamental na fixação do aprendizado. Permitem que sejam “(...) vivenciadas situações simuladas, proporcionando sensações de vida real, nas quais os participantes poderão agir com autenticidade, buscando aperfeiçoamento de sua conduta em situação de auto-avaliação”. (Andrade, 1999, p. 17).

Com a aplicação de jogos didáticos, o projeto “Movimento e Cidadania” alcançou maiores e melhores resultados no tocante à realização do ensino-aprendizagem. Com este método, superou-se aquilo que Paulo Freire considera como o “caráter essencialmente narrativo”

(Freire, da relação tradicionalista aluno-professor, o que faz supor a existência de um objeto-paciente, mero ouvinte da aula.

Desenvolvendo-se jogos, viabiliza-se a socialização dos indivíduos e, a interação social decorrente desta dinâmica, mais uma vez, tem possibilitado o compartilhamento de idéias, informações, responsabilidades e decisões; de maneira a romper com o egocentrismo individual dos participantes. Edifica-se, outrossim, um ambiente cooperativo que flui do jogo simbólico, ao próprio jogo de regras sociais, projetando a simulação lúdica na realidade concreta.

Implementação do Projeto

Os conteúdos abordados no projeto foram elaborados a partir de resultados obtidos com a pesquisa-ação realizada entre os alunos, através da qual foi possível classificar em setores diversos os temas do campo jurídico, em torno dos quais incidem maior interesse e/ou ignorância. Assim, o conteúdo programático foi distribuído nos seguintes módulos:

Módulo I - Noções básicas de direito

A exposição teórica inicial desse tema norteia-se pelos seguintes tópicos: Estado; Direito; Os três poderes; Cidadania; Justiça; Lei; Coercibilidade; Sanção; Direito e Dever; A Constituição e os ramos do Direito. Em virtude dos quais amplia-se uma discussão coletiva, fazendo uso de recursos materiais como: quadro negro e giz – para aplicar a dinâmica que se segue:

Palavras Cruzadas - Esta atividade consiste em dividir uma turma em duas equipes adversárias. Cada uma deve eleger um líder que terá por função responder perguntas da cruzadinha em atenção às informações advindas de seu grupo. Respostas certas somam pontos, erradas, porém, adicionam pontos no placar adversário.

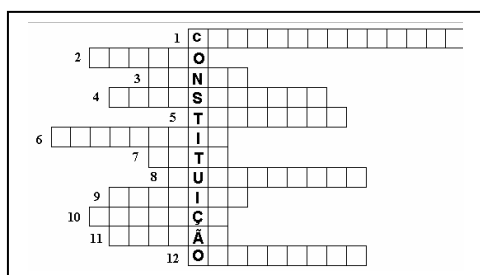


Fig. 1 – Dinâmica Palavras Cruzadas

A técnica visa provocar uma maior interação entre os participantes de cada equipe, desenvolvendo o espírito cooperativo e a união, sob a égide de uma liderança emergencial, onde todos são responsáveis (co-mando) pelo êxito do grupo. Incitar os participantes a perquirirem a respeito do que foi exposto teoricamente conduzirá à aprendizagem, na mesma medida em que se efetiva a comunicação.

Módulo II - Artigo 5º da Constituição Federal: Direitos Fundamentais

O grande objetivo desta explanação temática é despertar o interesse pela leitura da Constituição Federal, vez que sendo ela a fonte maior de todos os direitos, defende valores fundamentais como: Igualdade (I, VIII, XLII, XXIV, LXXIV, LXXVI, art. 5º CF); Liberdade (II, VI, IX, LXV, LXVIII, LXXV, art. 5º CF); Privacidade (X, XII, art. 5º CF); Propriedade (XXII, XXIII, XXIV, XXV, art. 5º CF); Segurança (XI, LVII, LXI, LXVII, art. 5º CF); Vida (III, XLVII, XLIX, L, art. 5º CF). A discussão coletiva daí decorrente

deve guiar-se por experiências particulares. E os recursos materiais utilizados, nesse sentido, são quadro negro e giz, necessários para aplicação da dinâmica a seguir:

Jogo da Forca

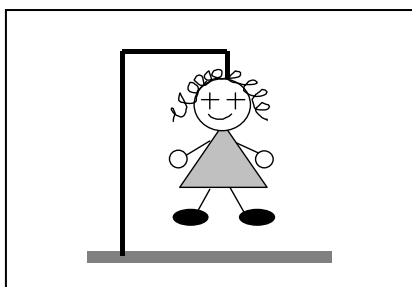


Fig. 2 – Dinâmica Jogo da Forca

coordenar-se diante da proposição de situações problemáticas na esfera sóciojurídica.

Esta técnica implica em questionar os participantes do grupo, aleatoriamente, a respeito da veracidade de algumas afirmações (verdadeiras ou falsas) atinentes à teoria anteriormente exposta. A cada resposta errada, o desenho na forca irá sendo completado. O simbolismo deste jogo projeta a realidade objetiva, onde aquele que não conhece de seus direitos, tem-se por diversas vezes “enforcado” em uma sociedade tipicamente opressora. Nesse sentido, a dinâmica estimula a percepção do grupo, enquanto unidade, capaz de conjuntamente

Módulo III - Estatuto da Criança e do Adolescente (E.C.A.)

A exposição teórica e a discussão coletiva do tema são pautadas pelos seguintes tópicos: Noções Gerais sobre o E.C.A.; Breve histórico do E.C.A.; Direitos da criança e do adolescente; Ato infracional; Medidas sócio-educativas; Medidas de proteção; Conselho Tutelar; Onde procurar ajuda. Os recursos materiais utilizados são cartolina e envelopes, como meios de realização da dinâmica que se sucede:

Jogo da Memória

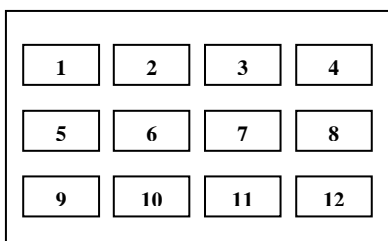


Fig. 3 – Dinâmica Jogo da Memória

além de promover o aprendizado, via processo de comunicação, ajuda a memorizar as informações recepcionadas durante a exposição teórica, através do mecanismo “tentativa e erro”.

A aplicação desta atividade implica na montagem de um painel contendo doze envelopes, cada um com um bilhete referente a perguntas ou respostas, dispostas aleatoriamente entre eles. O objetivo do jogo será encontrar o maior número de pares “pergunta-resposta”. Para a dinâmica, faz-se necessário dividir a turma em duas equipes das quais emergirá um representante (líder), encarregado de ouvir e expor o pensamento comum ao seu grupo. Este jogo,

Módulo IV - Direito da Família

As matérias versadas neste módulo compreendem: Casamento; União estável; Comunhão de bens; Separação ≠ Divórcio; Pensão Alimentícia; Poder familiar; Adoção; Direitos do idoso; Violência doméstica; Novidades do código civil. Abrangendo, outrossim, assuntos particulares resultantes da discussão coletiva. Sendo os recursos necessários para esta apresentação, bem como para dar provimento à dinâmica, quadro e giz, exposta na seqüência:

Travessia

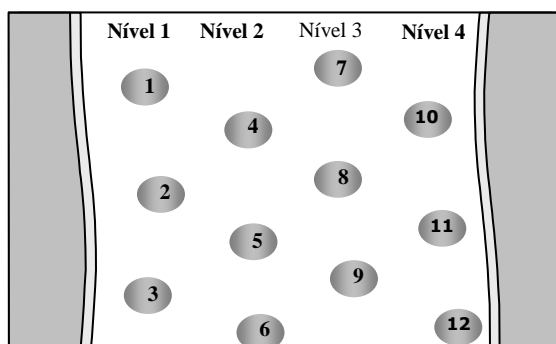


Fig. 4 – Dinâmica Travessia

Este jogo simula a travessia de um rio, de uma margem para outra, cujo percurso deve ser trilhado pedra por pedra. Pisar em cada uma implica em responder corretamente a uma pergunta, com base na exposição teórica anterior. Para tanto, divide-se a turma em duas equipes, ambas a saírem da mesma margem com o objetivo de chegarem à outra. Respondendo corretamente, a equipe pula para uma pedra adiante, e errado, o grupo terá de voltar à margem inicial, vez que a omissão da resposta implicaria na sua permanência no

mesmo local e possibilitaria a escolha de uma outra pedra (pergunta), em oportunidade posterior. O simbolismo desta atividade remete à sensação de realidade, na medida em que se concebe a correnteza do rio como uma força irresistível a subjugar sujeitos alienados em situações de abuso, desrespeito e violações de direitos. Neste sentido, a dinâmica impulsiona a conscientização e a humanização dos participantes, enquanto seres capazes de refletir, trocar informações e agir na defesa dos seus ideais de justiça.

Módulo V - Direito do Trabalhador

A exposição teórica envolve informações a respeito das garantias do trabalhador: salário, férias, licença-maternidade, 13º salário, seguro desemprego, entre outros; Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Trabalho Infantil; Trabalhador Rural; Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Para tanto, o uso de quadro e giz são suficientes para a aplicação da dinâmica, na seqüência, caracterizada.

Jogo da velha

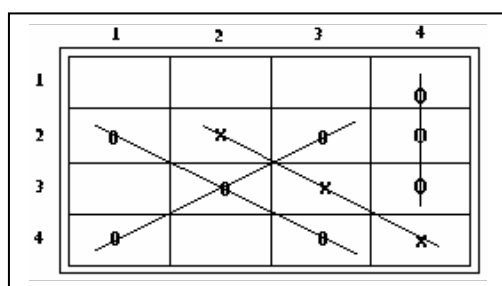


Fig. 5 – Dinâmica Jogo da Velha

Este jogo consiste em dividir a turma em duas equipes, uma representando “x” outra “0”, sob a liderança de dois dos participantes. Para cada equipe marcar no painel será preciso indicar no quadro (linha, coluna), o local que deseja e, apontar corretamente uma afirmação como verdadeira ou falsa. A cada resposta certa será marcado o símbolo da equipe. Respostas erradas marcarão o símbolo da equipe adversária. Vence

a equipe que fizer o maior número de trilhas. No caso de não ser formada trilha alguma, vence a equipe que obtiver maior quantidade de marcas no painel. Esta dinâmica desenvolve o pensamento estratégico, estimula a comunicação e a discussão em torno do modo como se conduzirá o grupo (co-ordenação), sendo que, somente do aprendizado das informações de cunho jurídico, dependerá a vitória – do plano lúdico ao real.

Módulo VI - Direito do Consumidor

Na exposição teórica do tema, abordam-se os seguintes tópicos: Direitos básicos do consumidor; Noções sobre fornecedor, consumidor, produto e serviço; Publicidade enganosa e abusiva; Direito ao arrependimento; Prazos para reclamar; Como mover uma

ação. Evidenciando-se experiências particulares com fulcro na discussão coletiva, por ocasião estimulada. Aplica-se, na seqüência, mais uma dinâmica, fazendo-se uso de quadro e giz, apenas.

Podium

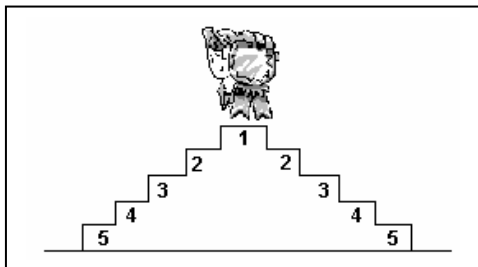


Fig. 6 – Dinâmica Podim

Esta atividade consiste em dividir a turma em duas equipes, estabelecendo, cada uma, um líder para transmitir o pensamento do grupo. O objetivo do jogo é chegar ao topo do pódio, subindo um degrau, cada equipe alternadamente, toda vez que responder corretamente uma pergunta, ao passo que, respostas erradas farão a equipe permanecer no mesmo degrau. Desta dinâmica, desponta a idéia simbólica de que para vencer é

preciso saber, e nesta busca, todo o processo de comunicação, informação e cooperação ganha uma importância fundamental.

Módulo VII - Direito Penal e Juizados Especiais

A exposição teórica e a discussão coletiva processam-se com vistas às seguintes informações: Noções básicas de Direito Penal; Caracterização da prisão; A garantia da liberdade; Os presos e seus direitos; As funções da Polícia; Recomendações quanto ao depoimento; Conceituação de alguns crimes; Da ação penal; O que são Juizados Especiais; O que é necessário para mover uma ação nos Juizados Especiais civis, criminais e do consumidor. A aplicação da dinâmica utiliza apenas um bastão, como recurso material.

Passa Bastão

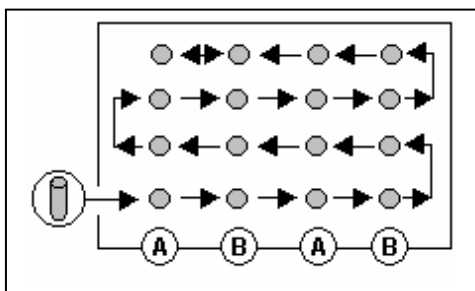


Fig. 7 – Dinâmica Passa-bastão

Para aplicar esta dinâmica, organiza-se a turma em filas de quantidade par, dividindo-a em duas equipes (A x B), alternando-as conforme a figura ao lado. A dinâmica inicia-se com a passagem do bastão de mão em mão – na seqüência indicada (indo e voltando). Uma vez mencionada a frase “para bastão”, uma pergunta, inerente ao tema abordado neste módulo, será direcionada àquele que estiver manuseando o bastão. Respostas certas somarão pontos para a equipe questionada.

Respostas erradas, porém, somarão pontos para a equipe adversária. Este jogo trabalhará a capacidade de coordenação dos indivíduos entre si, dentro de um certo grau de dificuldade, na medida em que a disposição alternada das equipes obstaculiza o fluxo de informações. Nessa perspectiva, cada membro sentir-se-á motivado a se autodirigir em sintonia com o interesse geral do seu grupo, percebendo as suas atuações como igualmente importantes na realização de um processo de democratização.

Resultados e discussão

O projeto “Movimento e Cidadania” tem verdadeiramente atingido seus propósitos em diversos aspectos: do ponto de vista metodológico, as técnicas utilizadas de modo lúdico e simplificado possibilitaram um clima agradável na relação facilitador-aluno; do ponto de vista da educação, viabilizou-se a transmissão de conhecimentos de cunho jurídico; do ponto de vista prático, orientou-se a solução de conflitos jurídicos e buscou-se, igualmente, benefícios da Assistência Social, para os familiares desamparados dos alunos das Escolas Parceiras – com o apoio do setor de Prática Forense da Universidade Federal da Paraíba.

A idéia de se elaborar uma cartilha, contendo noções básicas de Direito e Cidadania, ganhou força na medida em que se deu a interação jurídico-assistencial com o público alvo e, pôde-se por esta via, apreender os assuntos que mais suscitavam dúvidas, que eram ponto de ignorância ou mesmo de errôneo entendimento. A partir daí foi possível conceber a cartilha “Movimento e Cidadania: na luta pelos nossos direitos”, composta por oito capítulos, que versam sobre: Noções básicas de Estado, Direito e Cidadania; Constituição Federal (Direitos Fundamentais – artigo 5º); Estatuto da Criança e do Adolescente; Direito de Família; Direito do Trabalhador; Direito do Consumidor; Direito Penal; Juizados Especiais; todos ilustrados e finalizados com jogos didáticos acerca do conteúdo abordado. Além disso, não esquecendo sua finalidade prática, a cartilha disponibiliza informações de como obter documentos importantes, tais como certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, entre outros; bem como, oferece uma listagem de endereços e telefones de diversos órgãos públicos da cidade de João Pessoa (Conselhos tutelares, Defensoria Pública, Delegacias etc), onde os indivíduos possam de fato buscar seus direitos e exercer plenamente a sua cidadania.

A publicação dessa cartilha deu-se através de recursos financeiros designados pela Pró-Reitoria Extensão para Assuntos Comunitários (PRAC/UFPB), a qual mantém o programa “Série Extensão” de publicações e divulgações de trabalhos, anualmente. Apesar disso, notadamente, muitas dificuldades, de ordem financeira em especial, problematizaram o desenvolvimento do projeto, obstáculos estes que, todavia foram driblados com o apoio e parceria de órgãos públicos, tais como o Ministério Público e como o Procon municipal, além de empresas privadas, as quais vieram patrocinar a causa, com a doação de recursos.

Desta maneira, o projeto conseguiu com grande êxito realizar os fins, aos quais se propôs inicialmente, e isto pode ser ratificado com a avaliação positiva das Escolas Parceiras, uma vez que o convênio têm-se renovado a cada ano, com ainda mais entusiasmo; na mesma medida em que tem se expandido para além das salas de aula do ensino público fundamental, e procurado abraçar comunidades da periferia de João Pessoa, onde a educação se faz mais exígua.

Conclusões

O projeto “Movimento e Cidadania” trouxe, aos extensionistas envolvidos, a possibilidade de contribuir para a formação de uma cidadania coletiva, vivenciando o conhecimento adquirido não só através dos livros, mas também do contato social direto. A bem disso, através do projeto, descobriu-se a possibilidade de transformar estudantes universitários em agentes conscientizadores, atuantes na resolução de problemas jurídicos daqueles que se encontram afastados da realidade numa perspectiva crítico-reflexiva. Isto tem

representado uma singela contribuição da equipe, no sentido de transpor os “muros” da instituição de ensino superior, com o intuito maior de colaborar, de alguma forma, com o necessário processo de inclusão social.

É com a prática conjunta da educação e da justiça, que se tem efetuado o resgate da auto-estima do público-alvo, na medida em que se procura formar cidadãos conscientes e participativos, capazes de se moverem na sociedade em busca de seus próprios direitos, no exercício pleno da cidadania, motivando-os enfim, a interagir, direta ou indiretamente, com os órgãos e as políticas públicas.

Esta conquista tem sido alcançada progressivamente com a execução da extensão, respaldada pela metodologia adotada, em que se procurou, sobretudo, apreender as peculiaridades de cada grupo de indivíduos envolvidos no processo, valorizando suas características e, a partir delas, reconstruindo as experiências comunitárias à luz do conhecimento jurídico, conhecimento este que, por sua vez, é propagado de forma facilitadora, agradável e acessível, posto que, desta maneira, objetiva-se envolver e sensibilizar, ainda mais, os indivíduos, para a importância do despertar da consciência crítica cidadã.

Assim, busca-se catalisar um processo de transformação social em que os sujeitos possam conhecer e utilizar, efetivamente, os órgãos públicos prestadores de serviços jurídico-assistenciais, fazendo valer sua identidade de cidadão, tal como o fora delegado constitucionalmente; mais do que isso, se busca o real conhecimento da legislação pátria, na medida do necessário, cotidianamente, vez que em um Estado Democrático de Direito tanto as leis como as políticas e os órgãos públicos devem ser realizados pelo povo e para o próprio povo.

Desta forma, foram, obtidos até o presente resultados gratificantes e estimulantes para a continuidade do próprio projeto, de modo que desse trabalho, enfim, resulta a compreensão de que o Direito é um instrumento de coesão social, capaz de fomentar a construção de uma sociedade mais justa e, neste desígnio, o projeto caminhará rumo à prática da cidadania e da libertação.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Suely G. **Teoria e prática de dinâmica de grupo: jogos e exercícios**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MIZUKAMI, Maria G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: E.P.U., 1986.

ROGERS, Carl R. **Liberdade para aprender**. 2. ed. Belo horizonte: Interlivros, 1972.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de pesquisa-ação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

Contatos:

Juliane da Silva Pessoa – Rua: Hortêncio Osterne Carneiro, 551, Bessa – João Pessoa - PB – Fone: 245-2453 - julianeprobex@yahoo.com.br

Ellen Christinne Nunes Feitosa – Rua: Capitão João Freire, 551, Expedicionários – João Pessoa - PB – Fone: 224-8292 - lella77@bol.com.br

Hamanda Rafaela Leite Ferreira – Rua: Luiz Raimundo de Carvalho, 741, Bessa – João Pessoa - PB – Fone: 246-7336 – hamandarafaela@bol.com.br

Luciana Oliveira Ramos – Rua: Jaime C. Tavares de Melo, 1683, Aptº. 202, Manaíra – João Pessoa - PB – Fone: 246-9299 - luciana.oliveira.ramos@bol.com.br

Karina Lygia de Sousa Guimarães – Av. Monsenhor Walfredo Leal, 331, Tambiá – João Pessoa - PB – Fone: 222-0160 – karinnalygia@yahoo.com.br

Magna Adjuto Palmeira – Rua: Dr. Arnaldo Gomes da Silva, 123, Bessa – João Pessoa - PB – Fone: 246-7737 – magnapalmeira@hotmail.com

Hertha Urquiza Baracho – Av. Juiz Amaro Bezerra, 360, aptº 501, Cabo Branco – João Pessoa – PB – Fone: 247-2879 – herthaurquiza@bol.com.br

Site do projeto: www.movimentoocidadania.cjb.net
E-mail: movimentoocidadania@yahogrupos.com.br